



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA  
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

1                   ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
2                   NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA ESCOLA DE  
3                   ARQUIVOLOGIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E  
4                   SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO  
5                   RIO DE JANEIRO.  
6

7                   Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às quinze horas,  
8                   reuniram-se na sala 401 do prédio do Centro de Ciência Humanas e Sociais da  
9                   Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) os membros do Núcleo  
10                  Docente Estruturante da Escola de Arquivologia. Justificou a ausência os professores  
11                  Antonio Rodrigues de Andrade e Geni Chaves Fernandes. Passando ao ponto da pauta: **1)**  
12                  **Apresentação de proposta do item “A área da Arquivologia no Brasil” para o novo**  
13                  **Projeto Pedagógico do Curso (PPC).** A professora Priscila Ribeiro Gomes apresentou e  
14                  foi aprovada a seguinte proposta. A trajetória do campo dos arquivos no Brasil pode  
15                  remontar o período colonial. Diversas instituições arquivísticas foram criadas no país até a  
16                  institucionalização do ensino universitário para formação profissional de arquivistas e o  
17                  reconhecimento legal da profissão no final da década de 1970. No século XX, iniciativas  
18                  do Arquivo Nacional, como por exemplo, o Curso de Diplomática instituído em 1911, e o  
19                  Decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922, criando um curso técnico comum ao Arquivo  
20                  Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Museu Histórico Nacional, evidenciam a busca pela  
21                  formação específica em arquivística no contexto brasileiro. A partir de 1960 o Arquivo  
22                  Nacional organizou a vinda de estrangeiros, levantamentos dos problemas arquivísticos  
23                  nacionais, tradução de textos de interesse para área, além de instituir o Curso Permanente  
24                  de Arquivos – CPA. O CPA foi criado com os objetivos de formar profissionais de  
25                  arquivo, incentivar pesquisas em Arquivologia e desenvolver técnicas para o trabalho em  
26                  arquivos. Esse é o curso posteriormente transferido, em 1977, para a Federação das Escolas  
27                  Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, atual UNIRIO. A criação da  
28                  Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, em 20 de outubro de 1971 foi o marco  
29                  decisivo na formulação do modelo de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.  
30                  A associação anunciou sua agenda envolvendo três dimensões: formação para a ocupação  
31                  nos arquivos, legalização profissional da competência e regulação nacional dos arquivos.  
32                  Ao final de 1973 o associativismo arquivístico comemorou o acordo entre a Universidade  
33                  Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, para validar o nível superior dos diplomas

Ata da 21ª Reunião Ordinária do NDE do bacharelado em Arquivologia – 24/05/2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA  
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

34 do Curso Permanente de Arquivo, conferindo status universitário ao ensino profissional  
35 que acontecia de maneira regular há 13anos. É importante observar os marcos de  
36 institucionalização do campo na década de 1970: 1971 – Criação da Associação dos  
37 Arquivistas Brasileiros; 1972 – Autorização do curso de Arquivologia pelo Conselho  
38 Federal de Educação; 1973 – Mandato universitário concedido pela UFRJ ao curso do  
39 Arquivo Nacional; 1977 – Incorporação do curso do Arquivo Nacional pela atual Unirio;  
40 1978 – Regulamentação da profissão de arquivista no país. Na década de 1980, há um  
41 processo de cooperação entre instituições arquivísticas brasileiras, debate em torno de um  
42 projeto de lei para os arquivos brasileiros, qualificação internacional do pensamento  
43 arquivístico brasileiro, paralelo ao enfraquecimento do movimento associativo nas bases da  
44 década anterior. A partir de 1991, o país passou a contar com uma lei federal que legalizou  
45 a organização e a função das instituições e dos serviços arquivísticos públicos nas  
46 diferentes esferas de governo e assiste-se à expansão da Arquivologia no espaço da  
47 universidade. O número de cursos de Arquivologia no país dobrou na década de 1990. A  
48 partir dos anos 1990 a uma configuração do campo arquivístico brasileiro baseou-se na  
49 produção de conhecimento em Arquivologia instalada na universidade, no crescente  
50 número de arquivistas diplomados por essa graduação específica e na implementação de  
51 mecanismos legais, e nacionais, de coordenação dos arquivos – previstos pela Lei de  
52 Arquivos. Depois de 2008 o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão  
53 das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de  
54 abril de 2007, impactou na institucionalização do campo arquivístico no Brasil quando  
55 fomentou a criação imediata de seis novos cursos, inclusive contemplando a região norte  
56 em que ainda não existia essa graduação. As interpretações sobre a institucionalização do  
57 campo arquivístico no Brasil envolvem reconhecer uma origem identificada na criação do  
58 Arquivo Nacional, em 1838; destacar as iniciativas do Arquivo Nacional, de 1911 e 1960,  
59 dos cursos de diplomática e depois de arquivo; observar o papel do Departamento  
60 Administrativo do Serviço Público - DASP e da Fundação Getúlio Vargas - FGV na  
61 modernização do Estado com incidências sobre a questão arquivística; ressaltar a liderança  
62 da Associação dos Arquivistas Brasileiros, na década de 1970, na configuração do campo  
63 com um modelo nacional de institucionalização da arquivologia (curso universitário), do  
64 arquivista (profissão legalmente de quem cursou essa graduação). Em um plano mais

Ata da 21ª Reunião Ordinária do NDE do bacharelado em Arquivologia – 24/05/2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA  
NÚCELO DOCENTE ESTRUTURANTE

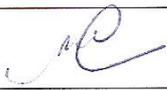
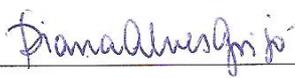
65 amplo, conforme Jardim (2011), observam-se novos modos de produção, conservação e  
66 uso dos documentos arquivísticos em novas configurações organizacionais, científicas,  
67 tecnológicas, política e culturais. Nessa realidade, configuram-se espaços informacionais  
68 virtuais com funcionamento e características próprias que produzem novas configurações  
69 de produção, fluxo e acesso à informação. O conceito de lugar – ao menos de lugar físico –  
70 torna-se menos epicêntrico na gestão dos arquivos, uma vez que onde a informação se  
71 encontra não é o mais importante e sim o acesso à informação. A ênfase na gestão da  
72 informação desloca-se do acervo para o acesso, do estoque para o fluxo da informação, dos  
73 sistemas para as redes. Em decorrência disso, emergem diferentes ênfases na gestão de  
74 estoques e fluxos informacionais arquivísticos, além da ocorrência de deslocamentos  
75 provocados pelas novas concepções de documento arquivístico, o qual não é mais  
76 necessariamente uma entidade física. As possíveis dissociações entre suporte e informação  
77 geram novas demandas no fazer e no saber arquivísticos. A informação arquivística passa a  
78 ser uma categoria de reflexão, mesmo que tal não seja um consenso na área. O cenário  
79 informacional, marcado fortemente pelas tecnologias da informação e comunicação  
80 provoca questionamentos inovadores. Essa configuração favorece inquietações sobre a  
81 identidade do arquivista, suas formas de gerenciar os arquivos, suas alternativas de  
82 formação e atualização profissional. Afloram novas formas de se refletir sobre a  
83 Arquivologia ou reinterpretar princípios clássicos da área. As relações da Arquivologia  
84 com outros campos deixam de ser naturalizadas para serem problematizadas e averiguadas.  
85 Ampliam-se as interpretações da Arquivologia como um campo científico autônomo e não  
86 como ciência auxiliar da História ou campo de ampliação das Ciências da Administração.  
87 A crescente ampliação das tecnologias da informação tendo como uma das suas expressões  
88 mais evidentes a Internet, amplia a discussão em torno do tema, associando-o às novas  
89 possibilidades de usos da informação e à diversificação de espaços informacionais. Nada  
90 mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente  
91 Ata, que vai assinada por mim, Presidente da reunião. Segue lista de participantes em  
92 anexo.

93  
94  
95  
96

  
Priscila Ribeiro Gomes  
Presidente da reunião

**LISTA DE PRESENÇA**

**Este documento é parte integrante da Ata da 22ª Reunião Ordinária do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Arquivologia (24/05/2019)**

|   |  |
|---|--|
| Antonio Andrade                           |  |
| Eliezer Pires da Silva                    |  |
| Geni Chaves Fernandes                     |  |
| Priscila Ribeiro Gomes                    |   |
| Rosale de Mattos Souza                    |   |
| Núcleo de Apoio Pedagógico -<br>Convidado |  |
| Núcleo de Apoio Pedagógico -<br>Convidado |  |
| Núcleo de Apoio Pedagógico -<br>Convidado |  |